

RECURSO ESPECIAL Nº 1.294.510 - PR (2011/0279317-8)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : ROSELI DE ALMEIDA BESSA E OUTRO
ADVOGADO : FILIPE ALVES DA MOTA E OUTRO(S) - PR022945
RECORRIDO : FEDERAÇÃO NACIONAL DAS EMPRESAS DE SEGUROS
PRIVADOS E DE CAPITALIZAÇÃO - FENASEG
ADVOGADA : DANIELLA LETICIA BROERING LEITUM E OUTRO(S) - PR030694

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por ROSELI DE ALMEIDA BESSA E OUTRO com fundamento no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assim ementado:

" APELAÇÃO CÍVEL - COBRANÇA DO SEGURO OBRIGATÓRIO - ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM CONFIGURADA - EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DE MÉRITO - SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.

Considerando que o Consórcio Especial de Indenização - CEI, jamais foi dotado de personalidade jurídica, resta flagrante sua ilegitimidade passiva ad causam, donde não há como lhe imputar a responsabilidade pelo pagamento da indenização do seguro, obrigatório." (e-STJ, fls. 229/230)

Os embargos de declaração foram rejeitados, e-STJ, fls. 250/254.

Nas razões do recurso especial, a recorrente aponta violação aos artigos 267 e 535 do Código de Processo Civil/73; 7 da Lei 6.194/74, bem como divergência jurisprudencial. Sustenta, em síntese, a) negativa de prestação jurisdicional e b) *"o v. acórdão deve ser reformado, no sentido de que se declare a legitimidade passiva, seja do C.E.I., seja da FENASEG, para atuar na presente contenda judicial, pois existente a relação de sujeição diante da pretensão dos recorrentes e, por conseguinte, remeta-se os autos ao juízo de origem, para que o mérito da demanda seja regularmente apreciado"* (e-STJ, fl. 283).

Contrarrazões apresentadas às fls. 300/308, e-STJ.

É o relatório. Decido.

Cumprе salientar que o presente recurso será examinado à luz do Enunciado

2 do Plenário do STJ: *"Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça"*.

Inicialmente, não se verifica a alegada violação ao art. 535 do CPC/73, na medida em que a eg. Corte de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas.

De fato, inexistente omissão no aresto recorrido, porquanto o Tribunal local, malgrado não ter acolhido os argumentos suscitados pelo recorrente, manifestou-se acerca dos temas necessários à integral solução da lide.

Impende ressaltar que, *"se os fundamentos do acórdão recorrido não se mostram suficientes ou corretos na opinião do recorrente, não quer dizer que eles não existam. Não se pode confundir ausência de motivação com fundamentação contrária aos interesses da parte"*(AgRg no Ag 56.745/SP, Rel. Ministro CESAR ASFOR ROCHA, DJ de 12/12/1994).

Nesse sentido, confirmam-se os seguintes julgados: REsp 209.345/SC, Rel.Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, DJ de 16/5/2005; REsp 685.168/RS, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, DJ de 2/5/2005.

No que tange à alegação de legitimidade passiva dos ora recorridos, o Tribunal de origem concluiu que não há como se imputar a responsabilidade pelo pagamento do seguro obrigatório ao Consórcio Especial de Indenização - CEI, vez que este jamais foi dotado de personalidade jurídica. E ainda, que a FENASEG, figura apenas como mera mandatária das seguradoras a ela conveniadas, devendo responder pela indenização, diretamente, qualquer seguradora operante no consórcio DPVAT. Leia-se, a propósito, o seguinte trecho dos aclaratórios, *in verbis*:

"O CEI, todavia, não foi dotado de personalidade jurídica, a exemplo do Programa de Integração Social - PIS, e do Fundo, de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, caracterizando-se apenas como uma espécie de pecúlio, destinado a um fim de interesse geral, sob administração do Instituto de Resseguros do Brasil. Posteriormente, com o advento da Resolução nº06/86-CNSP, as seguradoras firmaram um convênio específico para operacionalização do seguro obrigatório, nomeando a FENASEG

como sua mandatária, através do qual se comprometeram a operar de forma conjunta e solidária no mencionado mercado, cabendo, pois, a qualquer conveniada a responsabilidade pelo pagamento da indenização.

Assim, considerando a alteração na forma de contratação e ressarcimento do seguro DPVAT, e a incorporação pelo convênio formado, da responsabilidade indenizatória pelos acidentes causados por veículo não identificado, a Resolução nº56/2001-CNSP, revogou as normas que instituíram o CEI, e determinou, entre outras questões, que as indenizações poderia ser cobradas diretamente das seguradoras, e não mais por intermédio da FENASEG.

Neste quadro, em que pese as razões apresentadas pelos apelantes', não há como se imputar a responsabilidade pelo pagamento do seguro obrigatório ao Consórcio Especial de Indenização - CEI, vez que este jamais foi dotado de personalidade jurídica, donde não há que se falar em revelia.

*Outrossim, não se olvide que tal responsabilidade, tampouco, caberia à FENASEG, que figura apenas como mera mandatária das seguradoras a ela conveniadas, **devendo responder pela indenização, diretamente, qualquer seguradora operante no consórcio DPVAT.***" (e-STJ, fl. 232/233)

De fato, no que tange à legitimidade para o pagamento do seguro DPVAT, esta Corte Superior de Justiça, manifesta-se no sentido de haver solidariedade entre as seguradoras integrantes do consórcio para o pagamento de indenização.

Confira-se:

RECURSO ESPECIAL. ART. 535 DO CPC/1973. NÃO VIOLAÇÃO. SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. MORTE DO SEGURADO. BENEFICIÁRIOS IRMÃOS DO SEGURADO. INEXISTÊNCIA DE SOLIDARIEDADE. INDENIZAÇÃO. DIREITO AO RECEBIMENTO DE QUOTA PARTE. SOLIDARIEDADE EXISTENTE ENTRE AS SEGURADORAS.

(...)

5. Noutro ponto, a jurisprudência deste Tribunal já afirmou que as seguradoras integrantes do consórcio do Seguro DPVAT são solidariamente responsáveis pelo pagamento das indenizações securitárias, podendo o beneficiário cobrar o que é devido de qualquer uma delas (REsp 1.108.715/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 15/5/2012, DJe 28/5/2012).

6. Recurso especial provido.

(REsp n. 1.366.592/MG, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO,

QUARTA TURMA, julgado em 9/5/2017, DJe 26/5/2017.)

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO QUE NÃO LOGRA INFIRMAR OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. ACIDENTE DE TRÂNSITO. LEGITIMIDADE PASSIVA. SEGURADORA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA N. 211/STJ. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE DE EXAME NA VIA DO RECURSO ESPECIAL.

1. Mantém-se na íntegra a decisão recorrida cujos fundamentos não foram infirmados.

2. Qualquer seguradora que opera no sistema pode ser acionada para pagar o valor da indenização correspondente ao seguro obrigatório, assegurado o direito de regresso. Precedentes.

(...)

6. Agravo regimental improvido.

(AgRg no Ag n. 870.091/RJ, Rel. **Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**, QUARTA TURMA, julgado em 20/11/2007, DJ 11/02/2008, p. 106.)

Ademais, esta Corte entende que a Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização - Fenaseg não é seguradora, mas uma associação sindical que tem por finalidade representar seus associados. Desta feita, não detém legitimidade para responder pelo pagamento do seguro reinvidicado, por não fazer parte das seguradoras que operam o sistema do seguro obrigatório (v.g. REsp 1.375.807/SP, Rel. Ministro Antônio Carlos Ferreira, Quarta Turma, julgado em 01/8/2018, DJe 06/8/2018).

Diante do exposto, nos termos do art. 255, § 4º, II, do RISTJ, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 07 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator